

As Outras Economias à Luz do Gênero¹

Las Otras Economías en perspectiva de género

Other Economies in a gender perspective

Isabelle Hillenkamp*

Isabelle.Hillenkamp@ird.fr

A construção democrática sob tensão

Nas últimas três décadas, a construção da Outra Economia foi pautada pela democracia. Essa construção foi parte do movimento de fundo das sociedades latino-americanas por maior igualdade, pelo reconhecimento das/os trabalhadoras/es invisíveis do campo e das periferias urbanas, bem como das populações negras e indígenas, e pela construção de novos espaços de debate e diálogo com o Estado (Coraggio e Laville, 2014). A mobilização dos movimentos de mulheres, seguida pelas populações LGBTQI+, tem possibilitado o surgimento do tema gênero como questão fundamental das sociedades contemporâneas. A economia feminista desvelou os mecanismos da exploração das mulheres no sistema patriarcal, capitalista e racista. Evidenciou os mecanismos pelos quais o trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica e de cuidado permanece invisível, e também aqueles pelos quais a discriminação se reproduz no mercado de trabalho e nas assim chamadas formas “autônomas” de geração de renda. A economia feminista tem buscado, ainda, formas alternativas de organização e valorização do trabalho das mulheres. É claro que esta construção nunca foi fácil: desde o início, foi marcada pela vulnerabilidade das iniciativas, pela precariedade das condições de trabalho e de proteção social, pela persistência da invisibilidade e da sobrecarga de trabalho das mulheres e por relações desiguais com certas organizações de assessoria e políticas públicas.

As crises políticas, econômicas, morais e ecológicas que abalaram os países da região um após o outro, durante a década de 2010, nos obrigam a reconsiderar em profundidade a construção da Outra Economia. A eleição de governos autoritários, a contestação violenta de resultados eleitorais, a instrumentalização das instituições democráticas por parte de governos de diversas orientações políticas, o profundo sentimento de injustiça e as revoltas de populações contra seus governos, são

¹ A colaboração com a Professora Laetícia Jalil do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Pernambuco (Brasil) foi fundamental para a constituição deste dossiê. Juntas, redigimos a convocatória e analisamos as propostas de artigos recebidas. Gostaria de agradecer também a Liliam Telles, Marília Veronese e Daniel Maidana pela sua cuidadosa revisão duma versão anterior deste texto. As posições aqui expressas seguem sendo da minha exclusiva responsabilidade.

* Pesquisadora do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD-CESSMA, França) e pesquisadora associada ao Programa de Pos-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (Brasil).

sinais de um mal-estar cuja profundidade deve ser compreendida e cujas razões devem ser ouvidas para poder superá-las. A intensificação das políticas neoliberais em alguns países da região, notadamente na Argentina, e no Brasil desde 2016, também significou o fim de muitas políticas públicas, a exemplo da economia social, solidária e de agroecologia, construídas no período anterior; isso quando a Outra Economia não é publicamente atacada como uma perigosa “ideologia marxista”, por intelectuais autodesignados (Miguel, 2016).

O estado das organizações e redes de economia social, solidária e de agroecologia está em questão: enquanto algumas resistem e talvez até reforçam sua autonomia em relação ao Estado, outras enfraquecem ou mesmo desaparecem. Esse risco afeta particularmente as organizações mais frágeis, como são muitas vezes as organizações de mulheres – grupos informais de produção e/ou comercialização, organizações comunitárias, clubes de troca – devido às discriminações de gênero, classe e raça/etnia que enfrentam. No período dos últimos três anos, a intimidação também afeta diretamente o movimento feminista e o movimento LGBTQI+, que são alvo de uma reação ultra-conservadora global, articulada em torno da falácia da “ideologia de gênero”, liderada por fundamentalistas religiosos e apoiada, em alguns casos, pelos ultraliberais. Quanto às alianças das populações indígenas e negras com governos progressistas, elas estão evoluindo para cenários certamente diversos e complexos, mas que não garantem o reconhecimento de seus modos de vida e de organização sociopolítica e econômica.

Disputando a Outra Economia em um futuro incerto

Disputar a Outra Economia no cenário atual exige balanços precisos dos avanços e dos limites das construções realizadas no período das duas últimas décadas na América Latina. Além disso, é preciso projetar-nos em um futuro hoje incerto desvelando as “ausências” que foram intencionalmente mantidas na economia dominante e que nem sempre foram plenamente questionadas na Outra Economia.

Na sua proposta de descolonização do saber, Boaventura de Sousa Santos (2010), em linha com a crítica à “monocultura da mente” formulada pela física, filósofa e ativista feminista indiana Vandana Shiva (2003), chamou a atenção para os principais mecanismos pelos quais o sistema capitalista e colonial produz e reproduz as suas ausências. Ele apontou a monocultura do conhecimento, do tempo linear, da naturalização das diferenças e dos critérios de produtividade capitalista. Também destacou o universalismo e a globalização como escalas dominantes de pensamento e de ação, que obscurecem vários segmentos da vida social, econômica, política e cultural e as alternativas ao modelo dominante contidos nesses segmentos.

Ao capitalismo e ao colonialismo considerados por Sousa Santos, deve-se acrescentar e articular o patriarcado como sistema de invisibilização das mulheres nas esferas públicas da política e da economia (Waller e Jennings, 1991). Desde a década de 1960, feministas materialistas tomaram consciência do uso do trabalho doméstico não remunerado, realizado pelas mulheres, para assegurar a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista. Essas teóricas e ativistas forjaram o conceito de reprodução social como “o complexo de atividades e relações através das quais a nossa vida e a nossa capacidade de trabalho são reconstruídas diariamente” (Federici, 2013, p. 18) e denunciaram seu caráter invisível e subordinado às relações de produção capitalista (Delphy, 1998). Também propuseram o conceito de divisão sexual do trabalho para referir a separação e, sobretudo, a hierarquização entre o trabalho feminino e masculino, como fundamento do gênero como relação de poder (Hirata e Kergoat, 2007).

A partir da década de 1980, feministas oriundas da Ásia, da América Latina e da África desafiaram a natureza hegemônica dessas teorias, que haviam sido formuladas principalmente por autoras europeias e norte-americanas. Elas se manifestaram contra a suposta universalidade dos conceitos

modernos/coloniais de gênero e patriarcado, chamando a atenção para as múltiplas maneiras pelas quais o gênero é vivenciado em diferentes sociedades (Lugones, 2008), questionando a adequação do modelo de família nuclear para dar conta das realidades africanas (Oyěwùmí, 2004), contestando a vitimização da “mulher do Terceiro Mundo” e afirmando a necessidade de descolonizar os estudos de gênero (Mohanty, 1984; Lucas dos Santos, 2017). A afirmação da diversidade das experiências das mulheres levou também a um exame crítico das desigualdades entre elas. A corrente de pensamento do feminismo negro, em particular, tem apontado as formas de opressão das mulheres oriundas da discriminação racial (Carneiro, 2003). Baseada em abordagens interseccionais, que buscam “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p.177), essa corrente vem mostrando como o sexismo se combina com o racismo e outros sistemas discriminatórios (com base na classe social, geração, pertença étnica e orientação sexual) em diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Paralelamente, a partir da década de 1990, diversas linhas de pensamento ecofeministas chamaram a atenção para a estreita ligação existente entre a exploração das mulheres e da natureza. Afastando-se da corrente feminista ocidental - que havia baseado a emancipação das mulheres no distanciamento de suas presumíveis responsabilidades naturais (reprodução biológica, maternidade, cuidado dos outros e da natureza) -, as ecofeministas têm afirmado a possibilidade de uma dimensão positiva da relação das mulheres com a natureza, como fonte de identidade política e como base para a ação (Mies e Shiva, 2013; Puleo, 2013; Siliprandi, 2015). Estas correntes confluem na ética do cuidado – que afirma a natureza essencial desta atividade face à vulnerabilidade intrínseca da vida humana e não humana (Tronto, 1993) – e na economia do cuidado, que “coloca a vida das pessoas, o seu bem-estar, as suas condições de vida à frente do mercado e do lucro, situando o cuidado como elemento central” (Carrasco, 2014, p.47). Consequentemente, o feminismo já não tem como objetivo único e necessário a eliminação do trabalho doméstico e de cuidado, realizado gratuitamente pelas mulheres, mas pode e deve apontar a sua valorização, monetária e social, como elemento chave na recuperação (reclaim) do que foi depreciado como natural e feminino, mas que é essencial para a qualidade e a sustentabilidade da vida.

As diversas correntes feministas têm revelado, portanto, as ausências produzidas pelo sistema capitalista, colonial e de exploração da natureza: o trabalho invisível das mulheres na esfera doméstica, de cuidado dos outros e da natureza e a sua reclusão na esfera privada, mantida à distância da esfera pública do debate democrático, bem como do acesso aos direitos sociais. Pouco a pouco, algumas dessas correntes também têm desenvolvido caminhos para a construção de uma Outra Economia, com foco na valorização de formas democráticas, ecológica e socialmente sustentáveis de produção e reprodução da vida, como caminho para aumentar a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero. Valorizar estas contribuições feministas é essencial para estender a disputa da relação capital/trabalho à relação capital/vida, para consolidar os esforços de construção da Outra Economia e para questionar todas as formas de discriminação e de desigualdade, como tarefa imprescindível na fase crítica atual de construção democrática (Galgani Esmeraldo, 2018).

Aumentar a probabilidade de esperança

Para renovar o pensamento das alternativas, Boaventura de Sousa Santos nos exorta a completar a sociologia das ausências com a das emergências, ou seja:

“proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (...) sobre as quais é possível agir para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração” (Sousa Santos, 2010, p.26).

Nos últimos anos, cada vez mais vozes se levantaram na academia e na sociedade para afirmar a importância do reconhecimento das contribuições feministas e a urgência da economia feminista avançar além da denúncia do capitalismo, participando da construção da Outra Economia. Em particular, essas vozes denunciaram a inadequação das concepções da economia social e solidária focadas apenas na produção de bens ou serviços para o mercado, mostrando a relevância da esfera dos cuidados (Farah e Wanderley, 2014; Fournier e Gorgoschidse, 2014; Jubeto *et al.*, 2014; Degavre e Saussey, 2015; Osório-Cabrera, 2016) e da reprodução social (Verschuur, Guérin e Hillenkamp, 2017). Apontando as razões da esperança, essas vozes também alertaram para os riscos de frustração que advêm de uma visão simplista da economia social e solidária como uma “boa economia”, que supostamente garantiria a igualdade de gênero.

Elas têm mostrado os mecanismos complexos pelos quais as desigualdades baseadas no gênero e na raça se reproduzem, inclusive em empreendimentos de economia solidária (Cherfem, 2014; Wirth, 2010), revelando a existência de viés de gênero em categorias de ação pública, que exclui grande parte das práticas solidárias desenvolvidas por mulheres, que tendem a ser voláteis e não permanentes, enraizadas em relações intrafamiliares e não suprafamiliares, e que não são direcionadas apenas para a produção destinada ao mercado (Nobre, 2015). De forma transversal, propuseram posturas epistemológicas e teóricas matizadas, necessárias para dar conta da complexidade das iniciativas das mulheres, que são ao mesmo tempo capazes de transformação social e marcadas com o selo da vulnerabilidade (Guérin, Hillenkamp e Verschuur, 2019).

De forma similar, as teóricas e ativistas feministas têm disputado o campo da agroecologia, problematizando a persistência da violência contra as mulheres nas famílias e comunidades envolvidas nessas dinâmicas, destacando os conhecimentos, a produção e o trabalho de cuidado dos agroecossistemas por elas realizado, demonstrando a insuficiência de uma visão estritamente tecnicista da agroecologia como produção ecologicamente sustentável de alimentos (Zuluaga Sánchez, Catacora-Vargas e Siliprandi (org.), 2018). Estas autoras também destacaram a complexidade dos processos organizativos das mulheres rurais em movimentos autônomos e mistos conectados em rede (Butto Zarzar, 2017) e a estreita relação existente entre a sua afirmação como sujeitos políticos e a sua participação em grupos produtivos (Jalil, 2013). Elas mostraram a evolução da agenda política das mulheres rurais, desde a crítica à divisão sexual do trabalho e a demanda de reconhecimento dos direitos trabalhistas nas décadas de 1980 e 1990, até a afirmação da existência de visões, conhecimentos e subjetividades específicas das mulheres camponesas na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (Siliprandi, 2015), em estreita ligação com as políticas públicas implementadas por governos progressistas, em particular no Brasil entre 2003 e 2016 (Filipak, 2017).

Esta breve revisão, evidentemente não exaustiva, dá uma perspectiva dos esforços empreendidos pelas teóricas e ativistas feministas para tornar visível o trabalho, os conhecimentos e as práticas das mulheres na Outra Economia. Este dossiê constitui um novo esforço coletivo nesse sentido. O número de contribuições aqui apresentadas reflete a extensão do trabalho de revelação das ausências realizado pelas/os estudiosas/os do gênero na América Latina; e a consciência compartilhada da importância de divulgar esses dados e estes olhares em um momento chave da disputa sobre o significado da democracia e da Outra Economia.

A Outra Economia e o valor do trabalho das mulheres

A persistência da invisibilidade do trabalho das mulheres na Outra Economia é uma constatação inicial partilhada pela maioria das/os autoras/es deste dossiê. O diagnóstico realizado por Blanca Munster Infante de cinco cooperativas de alimentos em Cuba mostra que ainda são os homens que constituem a maioria dos membros dessas cooperativas, enquanto as mulheres permanecem restringidas ao lar, sem que seu trabalho doméstico e sua contribuição para a produção agrícola

sejam reconhecidos. Eliene Gomes dos Anjos, Ana Georgina Peixoto Rocha, Ivanice Cerruci e Flávia Santos Silva, por sua vez, apontam para a dupla invisibilidade das mulheres negras no movimento feminista e na economia solidária. Ao revisar os dados do Sistema de Informação da Economia Solidária do Brasil sob uma perspectiva intersetorial, as autoras destacam a maior precariedade das trajetórias de trabalho e emprego de pessoas negras e de mulheres e a persistência de condições precárias de trabalho nas organizações da economia solidária, mencionando que estas:

“são espaços em que as mulheres negras se sentem empoderadas, ainda que seja para reconhecer a situação de desigualdade e a necessidade de alterá-la”.

Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck, na sua análise da experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (Brasil), aponta os muitos desafios que essas mulheres enfrentam na construção de espaços coletivos e de relações solidárias no âmbito de seus empreendimentos e da Associação. A carga do trabalho de reprodução social que recai sobre elas como mulheres, ampliada pela distância dos deslocamentos cotidianos em função do tamanho da cidade e pela redução das políticas sociais, torna necessária a construção fluida desses espaços e relações, o que às vezes os torna frágeis e intermitentes. Compreender a importância desses espaços e dessas relações para as mulheres e captar a presença de práticas solidárias dentro deles requer, como destaca a autora, um olhar atento para as relações de gênero, que muitas vezes falta aos observadores externos, inclusive aos gestores de políticas públicas.

A pesquisa de Bianca Aparecida Lima Costa e Maria Amália Stroppa Moreira junto a artesãs que comercializam seus produtos numa Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar no estado brasileiro de Minas Gerais, revela as contradições que perpassam o sentido do trabalho dessas mulheres. Por um lado, o trabalho artesanal

“viabiliza reavivar valores como habilidades individuais, subjetividades, criatividade, liberdade, autonomia, beleza que se contrapõem aos processos industriais que massificam e robotizam as pessoas”.

Por outro lado, salientam as autoras, este não deixa de ser um trabalho inferiorizado na medida em que a renda gerada é instável por estar associada a “qualidades femininas”, adquiridas em processos de socialização que muitas vezes remontam à infância. Pelo tanto, gerar uma renda – até mesmo uma renda instável – e divulgar seu trabalho em público ajuda a valorizar esse trabalho, mas sem anular sua ambivalência. Esta análise matizada ressoa com a de Esteban Martínez Vázquez e Verónica Vázquez García, sobre a experiência de dois grupos de produtoras de mel no Estado de Campeche, México: meliponicultoras que trabalham com abelhas nativas (sem ferrão) no seu quintal; e apicultoras, que trabalham com abelhas europeias – normalmente sob responsabilidade dos homens – em colmeias localizadas em áreas distantes das suas casas (e que elas ainda devem pedir emprestadas). A organização coletiva permite que as apicultoras tenham acesso a essas áreas e se desloquem juntas, escapando assim das difamações. No entanto, a valorização do seu trabalho através da venda de mel está longe de conduzir automaticamente a uma renegociação da divisão sexual do trabalho. Meliponicultoras e apicultoras combinam trabalho produtivo, reprodutivo e de organização social e política, redistribuindo parte de seu trabalho doméstico para outras mulheres em suas famílias, e não para os homens.

Estas constatações resultam na busca de condições, a diferentes níveis, para a valorização do trabalho das mulheres e para o seu empoderamento. A concepção substantiva da economia de Karl Polanyi, incluindo os princípios de *householding* (administração doméstica), de reciprocidade, de redistribuição e de mercado, constitui um quadro analítico valioso para várias/os autoras/es deste

dossiê, em conexão com as contribuições da economia feminista. Com base nesse marco, Liliam Telles, Camila Alvarenga e Alair Ferreira de Freitas apresentam os resultados locais de um projeto original de pesquisa participativa, implementado nas diferentes regiões do Brasil pelo Grupo de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia. A “Caderneta Agroecológica”, onde as agricultoras registram o equivalente monetário da sua produção que foi vendida, consumida pela sua família, trocada ou doada dentro das redes familiares e comunitárias, é um poderoso instrumento de sensibilização e divulgação do valor do seu trabalho. Constitui a base para uma renegociação, nunca fácil, mas possível, das relações de gênero no âmbito familiar e comunitário, com o apoio decisivo das redes de mulheres na agroecologia.

O seguimento realizado por Martha Quiñones Domínguez em comunidades rurais de Porto Rico, duramente atingidas pelos furacões Irma e María em 2017, também revela a importância social do trabalho de cuidado e de reconstrução realizado pelas mulheres. No entanto, este trabalho permanece totalmente invisível para um Estado que persiste em sua condição colonial, sob a tutela da “Junta externa imposta pelo Congresso [dos Estados Unidos] para administrar os assuntos da colônia”. Para tornar visível este trabalho, a autora sugere calcular um valor econômico total, que inclua não só o valor de uso, mas também o valor resultante da existência da comunidade, das relações de solidariedade e de cooperação que ela contém, e o valor da herança dos bens que foram preservados através dela.

A análise cuidadosa de Maria Izabel Machado sobre a experiência das mulheres participantes de Clubes de Troca na periferia de Curitiba, Brasil, também mostra o potencial da concepção alternativa de valor embutida na moeda social e na troca direta de produtos. Graças a esses instrumentos e acordos coletivos, as mulheres subalternas, normalmente reduzidas ao papel de mães e esposas, sem qualquer autonomia para gerar uma renda ou acessar uma parte da renda de seus maridos, ampliam suas condições de reprodução social, adquirindo simbolicamente joias e roupas de festa, além de bens de primeira necessidade. Os Clubes tornam-se espaços de cuidado de si e das outras, onde as mulheres começam a reconhecer o seu próprio valor e a afirmar a sua dignidade.

O valor do cuidado

O valor do cuidado no trabalho e nas experiências de vida das mulheres e como ponto chave para re-significar essas experiências e transformar as relações de gênero é outro resultado destacado por várias/os autoras/es desse dossiê. Márcia Tait, em suas entrevistas com mulheres coletoras de sementes da Rede do Parque Indígena do Xingu, no Brasil, volta sobre a desvalorização das atividades associadas a uma lógica de afeto, da emoção e do cuidado, e identificada como feminina. Argumenta que esta lógica e o trabalho das mulheres devem ser compreendidos e valorizados ligando a perspectiva da economia feminista com as do ecofeminismo e do Bem Viver. De fato, é afirmando a coleta de sementes como um ato sustentável e afetivo, que essas mulheres conseguem emancipar-se economicamente, ocupar posições de liderança na Rede e exercer

“um protagonismo feminino singular (...), que tem contribuído para a manutenção da biodiversidade das florestas e das sementes xinguanas e promovido inovações em processos de trabalho e produtivos vinculando atividade de coleta, manejo, reprodução e preservação das sementes”.

É também na prática da agroecologia pelas mulheres do Nordeste do Brasil e no trabalho cooperativo conhecido como hamutuk em Timor Leste que Luísa de Pinho Valle e Teresa Cunha enxergam exemplos de reconexão entre a economia e a vida, baseada no respeito às interdependências entre humanidade, natureza e sociedade. É, portanto, a valorização dos saberes revelados nestas

práticas que permite a afirmação de alternativas para a gestão sustentável dos ecossistemas e para a vida humana.

A politização das mulheres na Outra Economia

A valorização do trabalho das mulheres em espaços de organização coletiva como a economia social, solidária e a agroecológica, bem como na esfera doméstica e de cuidados, está intimamente ligada à politização e à emergência das mulheres como sujeitos políticos. Carine De Jesus Santos e Letícia De Souza Amaral, em seu estudo sobre a rede XiqueXique de mulheres agricultoras no Nordeste de Brasil, mostram como as questões concretas da comercialização e da geração de renda são o ponto de partida para a participação das mulheres na rede, que pode se estender logo ao engajamento em debates e causas mais amplas. A formação feminista proporcionada pela Rede desempenha um papel essencial na interpretação coletiva das experiências individuais de produção e comercialização, convertendo-as em identidade e sentido de ação partilhada, ou seja, numa nova subjetividade política.

Em sua análise da experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, complementar à apresentada por Beatriz Schwenck neste dossiê, Isabelle Hillenkamp debruça-se sobre a política da economia feminista e solidária. Mostra a importância dos “contra-públicos subalternos”, onde as/os protagonistas dos movimentos feminista e da economia solidária forjam discursos nos quais afirmam sua identidade, seus interesses e suas necessidades e dão um sentido compartilhado à sua experiência individual. Ao mesmo tempo, chama a atenção para o desafio de construir alianças e sentidos partilhados entre estes espaços, dado as diferenças entre suas trajetórias, seus princípios de funcionamento e seus tipos de relações com os poderes públicos.

Um debate importante em relação às políticas públicas de economia solidária durante governos progressistas na região disse respeito à possibilidade de desenvolver formas emancipatórias de trabalho (Singer, 1999) versus o risco de alimentar velhas ou novas formas de reprodução de condições precárias de trabalho (Georges e Leite (org.), 2012; Lima e Souza, 2014; Leite et al., 2015). De certa forma, o artigo de Eliene dos Anjos, Ana Georgina Rocha, Ivanice Cerruci e Flávia Silva neste dossiê relativiza a centralidade deste debate: do ponto de vista de mulheres negras que sempre vivenciaram condições de trabalho precárias, a questão não é tanto se as condições de trabalho na economia solidária permanecem abaixo de certos padrões, mas se elas melhoram suas condições concretas de trabalho e suas possibilidades de empoderamento. Esse debate também se relativiza hoje diante da evolução das políticas federais no Brasil, onde toda dimensão emancipatória desapareceu da política de economia solidária, sob o governo de Jair Bolsonaro. Esta observação preocupante convida-nos a tirar as lições do período anterior, bem como a observar atentamente as consequências das evoluções políticas atuais na região. Neste sentido, Cristian Emanuel Jara, Marta Elena Gutierrez e Viviana Graciela Gonzalez chamam a atenção para o novo papel desempenhado pela sua Universidade - a Universidade Nacional de Santiago del Estero - em relação às organizações da economia social no sector da agricultura familiar, após a retirada do Estado argentino em 2015.

Formação, epistemologia e o lugar da Universidade

Finalmente, a reflexão sobre o papel da Universidade na produção de conhecimento sobre e com as mulheres engajadas na Outra Economia constitui outra base comum para os textos apresentados neste dossiê. Como apontam Maria Izabel Machado, Luísa de Pinho Valle e Teresa Cunha, e Márcia Tait, em suas respectivas contribuições, esta preocupação toma a forma de vigilância epistemológica, nos métodos e posturas de pesquisa, para restaurar o sentido dado pelas mulheres à sua experiência e situar seus conhecimentos, tanto quanto os produzidos por pesquisadoras/es acadêmicas/os.

Essa vigilância se expressa, em alguns casos, em protocolos originais de pesquisa, como o “Café do Mundo” organizado por Bianca Costa e Maria Moreira para convidar mulheres artesãs a compartilhar suas opiniões sobre o significado de seu trabalho. As “Cadernetas Agroecológicas”, apresentadas por Liliam Telles, Camila Alvarenga e Alair Ferreira de Freitas, foram outra experiência inovadora e particularmente ousada no nível do Brasil, na qual agricultoras, acompanhadas por movimentos de mulheres rurais e ONGs do Grupo de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, registraram sua própria produção, tornando-se protagonistas de uma vasta pesquisa participativa.

Vários textos aqui reunidos se apresentam também como formas de pesquisa-ação, visando produzir conhecimento destinado não apenas ao debate acadêmico, mas também aos atores da sociedade civil, em particular às mulheres que atuam na Outra Economia e aos poderes públicos: Beatriz Schwenck e Isabelle Hillenkamp junto à Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, ou Blanca Munster Infante junto a governos locais da província de Granma, em Cuba.

Finalmente, as reflexões de Cristian Emanuel Jara, Marta Elena Gutierrez e Viviana Graciela Gonzalez sobre um projeto de extensão universitária na Argentina mostra o potencial deste tipo de abordagem como espaço de discussão das experiências das mulheres na Outra Economia e de ampliação da sua agenda política. Como os autores o resumem em relação à Federação Provincial de Agricultura Familiar TukuyKusca, cujo Comitê Diretivo é composto principalmente por mulheres:

“Nos últimos anos, a agenda da Federação tornou-se mais abrangente nas questões que procura abordar. Já não é apenas integrada por questões produtivas e comerciais, mas também foram feitos progressos em aspectos como a formação desde a perspectiva de gênero, o enraizamento dos jovens e a integração intergeracional. Sem dúvida, esse progresso foi resultado da sinergia com instituições públicas, como a universidade”.

Longe de esgotar a riqueza das análises contidas neste dossiê, esta introdução é um convite para descobri-las e ampliar a contribuição da academia para a construção da Outra Economia, dando atenção a todas as relações de poder e às suas interações mútuas - classe, gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual - como condição essencial para o aprofundamento da democracia.

Referências

Butto Zarzar, A. L. (2017). Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista (Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimiento. *Estudios avanzados*, 17(49), 117-33.

Carrasco, C. (Coord.) (2014). *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid, Espanha: La Oveja Roja.

Cherfem, C. O. (2014). Consustancialidade de Gênero, Classe e Raça no Trabalho Associativo/Coletivo (Tese de doutorado Departamento de Ciências Sociais na Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Coraggio, J. L. e Laville, J. L. (Coord.) (2014). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur*. Los Polvorines, Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 1, 171-88.

De Sousa Santos, B. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce.

Degavre, F. e Saussey, M. (2015). Sécuriser l'existence des femmes et résister. Raisons d'agir des initiateurs et initiatrices d'organisations de l'économie sociale et solidaire. Em C. Verschuur, I. Guérin e I. Hillenkamp (Coord.), *Une économie solidaire peut-elle être féministe? Homo oeconomicus, mulher solidaria* (pp. 155-75). Paris, França: L'Harmattan.

Delphy, C. (1998). *L'ennemi principal: économie politique du patriarcat* (tome 1). Paris, França: Syllepse, Nouvelles questions féministes.

Farah, I. et Wanderley, F. (2014). El feminismo y la otra economía: Una mirada desde América Latina. Em J. L. Coraggio e J. L. Laville (Coord.), *Economía, Sociedad y Política: Los desafíos de la economía social y solidaria*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones CICCUS

Federici, S. (2013). *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid, Espanha: Traficantes de sueños.

Filipak, A. (2017). Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Brasil.

Fournier, M. L. e Gorgoschidse, A. N. (2014). Las prácticas de cuidado infantil: tensiones entre familias, instituciones y derechos, Trabalho apresentado na I Bienal Latinoamericana de Infancias y Juventudes, Manizales, Columbia.

Galgani Esmeraldo, G. (2018). O trabalho coletivo como estratégia na construção da autonomia das Mulheres. Em D. Freire Brasil, Barbosa Pereira Queiroz, F. C., et al. (Coord.), *Autonomia Econômica das Mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho* (pp. 127-40). Natal, Brasil: Caule de Papiro.

Guérin, I., Hillenkamp, I. e Verschuur, C. (2019). L'économie solidaire sous le prisme du genre: une analyse critique et possibiliste. *Revue française de socio-économie*, 22, 105-22.

Hirata, H. e Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

Jalil, L. M. (2013). As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Brasil.

Jubeto Ruiz, Y., Guridi, L. et Fernández-Villa, M. (Coord.). *Diálogos sobre Economía Social y Solidaria en Ecuador. Encuentros y desencuentros con las propuestas para otra economía*. Bilbao, Portugal: Universidad del País Vasco, Hegoa.

Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, 1(22), 186-219.

Mies, M. e Shiva, V. (1993). *Ecofeminism*. London, Reino Unido: Zed books.

Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, 15(7), 590-621.

Mohanty, C. T. (1984). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, 12(3), 333-58.

Osório-Cabrera, D. (2016). Economía(s) Solidaria(s) y sostenibilidad de la vida: o cómo construir modos de vida vivibles. La experiencia en La Base, Barcelona. *Revista de Economía Crítica*, 22, 178-98.

Oyèwùmí, O. (2004). Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies, *African Gender Scholarship: concepts, methodologies and paradigms*.

Puleo, A. H. (2013). *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Ediciones Catedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer.

Santos, L. L. d. (2017). Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 114, 161-86.

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo, Brasil: Gaia.

Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ.

Singer, P. (1999). *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Tronto, J. C. (1993). *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. New York, Londres: Routledge.

Verschuur, C., Guérin, I. e Hillenkamp, I. (2017). Genre et économie solidaire, des croisements nécessaires [dossier]. *Cahiers genre et développement*, 10, 15-33.

Waller, W. e Jennings, A. (1991). Feminist Institutional Reconsideration of Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, 25(2), 485-97.

Wirth, I. G. (2010). As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão? (Tese de Mestrado em Ciências da Educação). Unicamp, Faculdade de Educação, Brasil.

Zuluaga Sánchez, G. P., Catacora-Vargas, G. e Siliprandi, E. (2018). *Agroecología en femenino*.

Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz, Bolivia: SOCLA, CLACSO.

Cómo citar este artículo:

Hillenkamp, I. (2019). As Outras Economias à Luz do Gênero. *Otra Economía*, 12(22), 80-90.